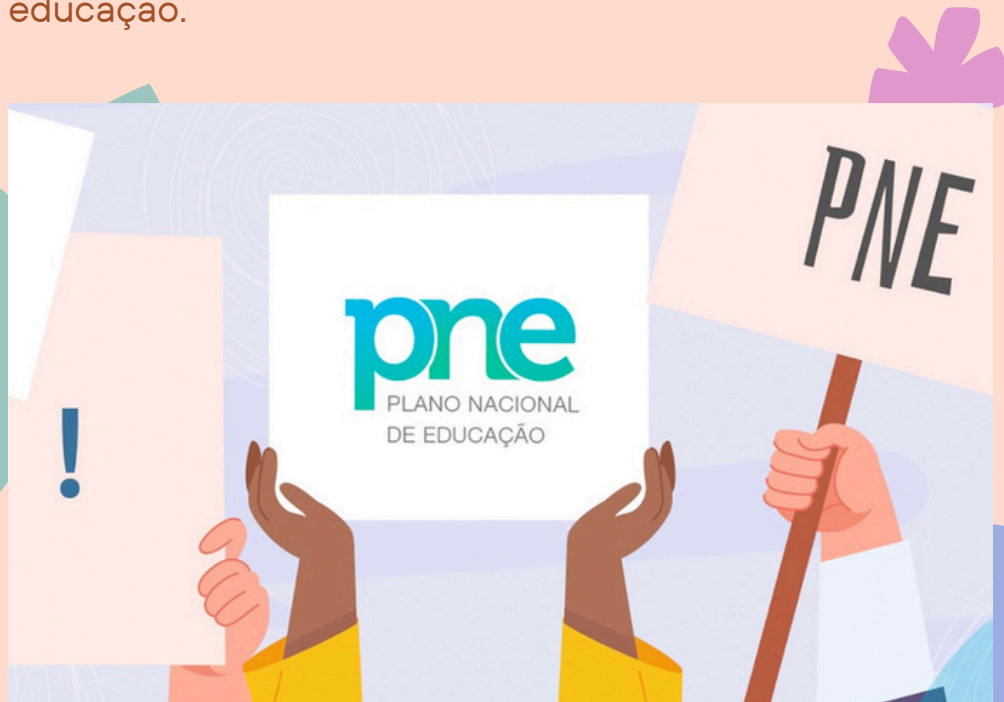


O QUE É O PNE?

O Plano Nacional de Educação (PNE), foi instituído pela lei 13005/14 estabelecendo um planejamento que define 10 diretrizes, 20 metas e 245 estratégias para o desenvolvimento da Educação no Brasil. O PNE tem a finalidade de alinhar e uniformizar a educação nacional, visando elevar a taxa de alfabetização e aprimorar a qualidade da educação básica e superior. Além disso, ele pretende ampliar o acesso ao ensino técnico e superior e reduzir as desigualdades sociais, a partir de diferentes estratégias e do aumento dos investimentos em educação.



Planejando a próxima década!

O Plano Nacional de Educação (PNE) está entrando na fase final de sua vigência (2014-2024). A discussão sobre o novo PNE é alvo de intensos debates, pois diferentes grupos da educação brasileira estão em constante disputa, cada um com diretrizes distintas para o futuro da educação. Diversos grupos que atuam no setor educacional veem a educação como um meio potencial de obtenção de lucros.

Segundo Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Constituição Federal de 1988, que garante o direito à educação a todos, está sendo descumprida. Na mesma linha, Daniel Cara, professor da USP, afirma que o PNE foi vitorioso, ainda que tenha sido parcialmente descumprido.

O novo PNE, que está tramitando na Câmara dos Deputados, propõe novas metas condizentes com a realidade educacional brasileira. Entre as principais pautas discutidas para o novo cenário educacional estão: a universalização da educação básica, o uso de tecnologia, o cuidado com o meio ambiente, a promoção dos direitos humanos, entre outros temas. Essas questões estão em transformação para compor o novo PNE. Com o novo planejamento da próxima década, espera-se que a desigualdade social e educacional seja reduzida e que se criem oportunidades para uma educação universal e equitativa para todos.



Conheça mais sobre o PNE na página da Campanha Nacional pelo Direito à Educação escaneando o QR Code ao lado!



1931

Criação do Conselho Nacional de Educação para coordenar e fiscalizar a política educacional.



1932

Publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, defendendo uma renovação educacional com propostas como laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação.

1961

Lei nº 4.024 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, impulsionando a criação do primeiro Plano Nacional de Educação (1962).



1964

Golpe militar interrompe o processo de democratização educacional, instaurando um regime autoritário que impacta negativamente as políticas educacionais.

1988

A nova Constituição Federal estabelece a educação como um direito social fundamental e define a criação de um Plano Nacional de Educação para articular o sistema educacional nacional.



1996

Aprovação da Lei nº 9.394/96, também conhecida como a nova LDB que atualiza as diretrizes e bases da educação nacional.

2001

Aprovação da Lei nº 10.172/01 que estabeleceu o Plano Nacional de Educação que vigorou de 2001 a 2010.



2014

Aprovação da Lei nº 13.005/14, que estabeleceu o II Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024.

RESUMO

A linha do tempo apresenta a evolução da legislação educacional no Brasil, destacando a transição de um modelo educativo tradicional para um plano mais estruturado e abrangente, culminando no II Plano Nacional de Educação. Cada etapa representou um avanço na busca por uma educação mais inclusiva e de qualidade, embora desafios e críticas sobre a implementação e eficácia dessas políticas tenham persistido ao longo dos anos.

META 13

Dentre as 20 metas do PNE vigente, a meta número 13 foi a que apresentou o melhor desempenho. Essa meta tem como objetivo elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício no sistema de educação superior para 75%, sendo, desse total, no mínimo, 35% doutores.

O objetivo de atingir 75% dos docentes do ensino superior com titulação de mestrado ou doutorado foi alcançado em 2015, e essa proporção chegou a 83,8% em 2020. No mesmo ano, o percentual de doutores atingiu 48,9%, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

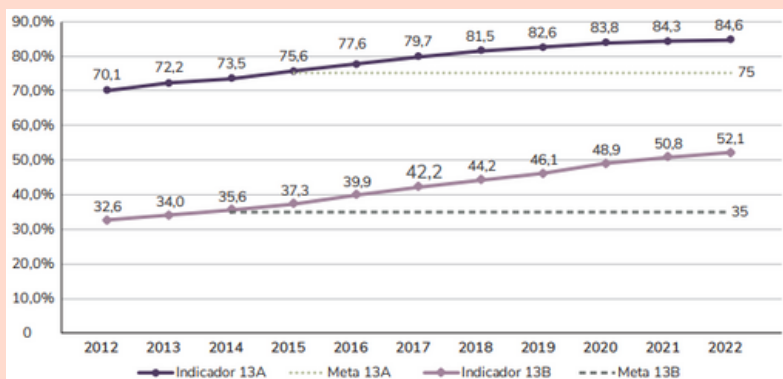


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E/OU DOUTORADO (INDICADOR 13A) E COM DOUTORADO (INDICADOR 13B) - BRASIL - 2012-2022

META 10

Em contrapartida à meta número 13, a meta número 10 foi a que ficou mais distante de ser alcançada. Ela tinha como objetivo oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

O percentual de matrículas na EJA, na forma integrada à educação profissional, foi de apenas 4,7% em 2023, sendo que, no início do PNE, esse percentual era de 2,8%, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

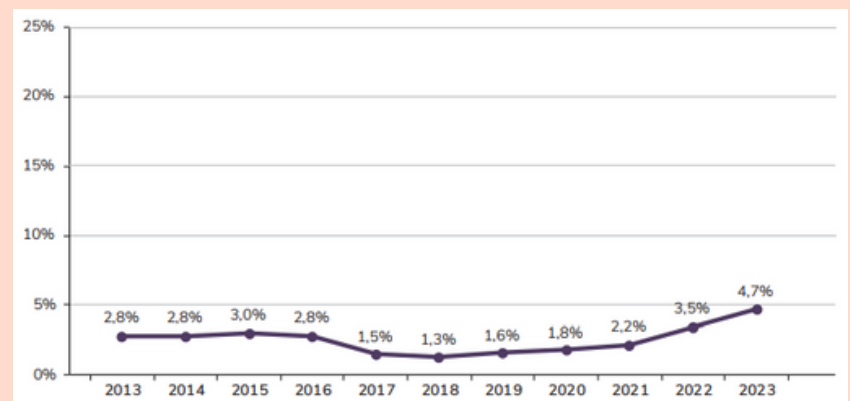


GRÁFICO 2

INDICADOR 10A: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - BRASIL - 2013-2023